



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CONJUNTA - COMISSÃO DESENVOLVIMENTO URBANO/MEIO AMBIENTE		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1554/12	DATA: 21/11/2012
INÍCIO: 11h38min	TÉRMINO: 13h39min	DURAÇÃO: 02h01min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h	PÁGINAS: 39	QUARTOS: 24

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SILVANO SILVÉRIO DA COSTA - Diretor de Ambiente Urbano da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente.
CLÁUDIO LATREILLE - Representante da Federação das Indústrias do Paraná — FIEP.
RONEI ALVES DA SILVA - Representante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.
DANIELA ARANTES ALVES LIMA - Chefe do Departamento de Economia Solidária do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES.

SUMÁRIO: Discussão sobre incentivos à indústria de reciclagem.

OBSERVAÇÕES

Reunião conjunta da Comissão de Desenvolvimento Urbano e da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.
Há falha na gravação.
Há orador não identificado.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosane Ferreira) - Bom dia a todas e a todos.

Declaro aberta a presente reunião extraordinária de audiência pública conjunta da Comissão de Desenvolvimento Urbano com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinada a discutir incentivos à indústria de reciclagem.

A partir de agora, daremos início à audiência pública conjunta, que conta com a presença dos seguintes convidados, os quais eu já convido para compor a Mesa: Sr. Silvano Silvério da Costa, Diretor de Ambiente Urbano da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente (*palmas*); Sra. Daniela Arantes Alves Lima, Chefe do Departamento de Economia Solidária do Banco Nacional de Desenvolvimento (*palmas*); Sr. Cláudio Latreille, representante da Federação das Indústrias do Paraná. (*Palmas*).

Deputado Penna, representante da Comissão de Meio Ambiente desta Casa e Presidente — por que não dizê-lo — do Partido Verde do Brasil, convido V.Exa. para compor a Mesa e me ajudar a conduzir os trabalhos.

Nós ainda chamaremos o Sr. Ronei, que é representante do Movimento Nacional Catadores.

Só um minutinho, Sr. Ronei, já farei a devida apresentação de V.Sa. Vamos achar uma acomodação para o senhor. A sala da Comissão é pequenininha. Graças a Deus, nós estamos com todos os assentos tomados. Assim que devem ser as audiências nesta Casa: que falem lugares e que não sobrem. (*Risos.*) É o que nós estamos pleiteando.

Enquanto nós providenciamos uma acomodação para o Sr. Ronei, vamos dar prosseguimento, devido ao adiantado da hora.

A realização desta audiência pública é decorrente do Requerimento nº 87, de 2012, de minha autoria, aprovado na Comissão de Desenvolvimento Urbano, e do Requerimento nº 139, de 2012, de autoria do Deputado Penna, aprovado na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Esclareço aos ilustres convidados e aos Srs. Parlamentares que a reunião está sendo gravada para posterior transcrição e por isso solicito que falem sempre ao microfone.



Para melhor ordenamento dos trabalhos, informo que cada convidado terá até 15 minutos para sua exposição. Somente após a exposição dos convidados passaremos ao debate.

Convido o Sr. Ronei Alves da Silva, representante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, para compor a Mesa. Seja muito bem-vindo. *(Palmas.)*

Quero ser absolutamente transparente e simples com todos aqui presentes.

No início do ano eu fui procurada por vários segmentos da indústria têxtil do Paraná — são 5 mil indústrias no nosso Paraná —, que tinham consigo um grande problema, que, a nosso ver, não é um problema, é matéria-prima: 300 toneladas de aparas, restos de tecidos, de *jeans*, de camisetas, de camisas. São produtos que poderiam ser reintroduzidos no mercado, desde que nós tivéssemos facilidades para isso. E eles me traziam esta demanda, a da vontade de colocar 300 toneladas de tecidos, alguns de algodão, outros sintéticos, de volta ao mercado, além de estímulos financeiros, isenção fiscal, linhas de financiamentos específicos, para que isso pudesse ser produzido, ser colocado. E foi assim que surgiu essa ideia.

Por que nós fazemos audiências públicas? Para debater o problema, para utilizar a sabedoria acumulada de técnicos da área que apontem para nós, legisladores, soluções que podem ser viabilizadas através de projetos de leis específicos para essa área.

A ideia é esta: estamos fazendo audiências públicas para buscar o melhor caminho, o caminho mais facilitado para encontrar soluções para problemas como esse da indústria têxtil do Paraná, mas que permeiam todas as demais indústrias neste Brasil de dimensões continentais. Então, é por isso que nós estamos aqui.

Eu quero agradecer ao Cláudio, que nos traz essa demanda, ao Silvano, à Daniela, ao Ronei e aos demais presentes que nos ajudarão a buscar as soluções, e ao Penna pela parceria.

Antes de ouvirmos os nossos convidados, Deputado Penna, passo a palavra a V.Exa., para que faça as devidas considerações.

O SR. DEPUTADO PENNA - Devemos, em primeiro lugar, nos debruçar sobre um modelo de desenvolvimento predatório que temos vivenciado no Brasil e no mundo. É a hora de fazermos uma profunda revisão.



Esse tema inicia um debate gigantesco sobre a forma de produzir, sobre o uso não qualificado. Digo isso porque nós, lá atrás, criamos os famosos três erres: reduzir, reutilizar e reciclar. Mas tudo isso foi pouco. Nós precisamos ampliar o debate na sociedade, buscando uma forma de produção de baixo carbono; devemos observar que a construção baseada apenas no lucro é uma produção que não tem compromisso com os resíduos.

Lembro-me de que, recentemente, na Comissão do Meio Ambiente, por exemplo, falamos sobre as pilhas descartáveis. É um debate seriíssimo, porque elas vão para o lixão, onde não têm reuso, não servem para nada e terminam por contaminar os lençóis freáticos com seus metais pesados.

Enfim, que todos nós ganhemos em conhecimento e possamos fazer a correção necessária do consumo responsável, da produção também qualificada, tanto no sentido do baixo consumo de energia quanto na responsabilidade sobre emissões, além do tema hoje aqui discutido, os resíduos que precisamos reduzir e valorar.

É uma grande caminhada que a humanidade precisa fazer, não que sejam necessárias as legislações, que também são importantes, mas que todos tenhamos uma nova consciência para gerir essa gama enorme de dificuldades.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosane Ferreira) - Obrigada, Deputado Penna.

Vamos iniciar o nosso debate, a nossa audiência pública, convidando o Sr. Silvano Silvério da Costa, Diretor de Ambiente Urbano da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, para fazer a sua exposição.

O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA - Bom dia a todas e todos os presentes.

Quero, inicialmente, saudar a Deputada Rosane Ferreira e todos os Deputados e Deputadas presentes, em especial os membros da Comissão de Desenvolvimento Urbano e da Comissão de Meio Ambiente, na pessoa do Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, Deputado Penna.



Quero saudar também os membros da Frente Parlamentar Ambientalista e da Frente Parlamentar de Incentivo à Cadeia Produtiva da Reciclagem, na pessoa do Deputado Adrian, que coordena essa Frente importante.

Quero, ainda, saudar os meus companheiros de apresentação de painel: o Cláudio, a Daniela, o Ronei.

Saúdo, por fim, todos os presentes neste evento.

De fato, o que a Deputada Rosane Ferreira coloca é importante. Esta audiência, por si só, já é um sucesso, porque estão aqui bem distribuídos e representados, para discutir um tema importante, os setores que participam dessa discussão: nós, do Governo Federal, o setor privado, a sociedade civil, o conjunto de Deputados.

Eu dividi a minha fala para tentar estabelecer um diagnóstico da reciclagem no Brasil; abordar a Política Nacional de Resíduos e o decreto que regulamentou a política; falar um pouco sobre logística reversa e coleta seletiva, que são instrumentos que a Política Nacional de Resíduos acabou criando; e, especificamente, falar do Comitê Interministerial e de um grupo técnico que foi criado no âmbito do Comitê Interministerial para se debruçar sobre o tema e apresentar para o Governo um estudo sobre os problemas que dificultam a reciclagem no Brasil e eventuais possibilidades de instrumentos normativos do Governo Federal para permitir o incentivo à reciclagem. Daí também vou tratar sobre os próximos passos e apresentar aqui a nossa expectativa em relação a esta audiência.

Sobre o diagnóstico, o que eu teria a dizer é o seguinte. No Brasil, segundo dados do próprio CEMPRE, em torno de 12% do que é colocado no mercado, de material, de uma forma geral, é reciclado. É um percentual pequeno. E isso inclui a reciclagem feita diretamente nas indústrias, nos processos. Se a gente for considerar o que é reciclado no País, por via da coleta seletiva, esse número é muito baixo. Em torno de 18% dos Municípios brasileiros, conforme dados da PNSB de 2010, têm algum tipo de programa de coleta seletiva. Agora, se a gente for considerar as 150 mil toneladas/dia que são coletadas no País, em torno de 1% apenas é desviado dos aterros sanitários e dos lixões.



Eu estou falando de um percentual que pode chegar a 20%, porque os resíduos sólidos no Brasil, segundo o diagnóstico do IPEA, são compostos, 51%, de resíduos chamados úmidos, e um bom percentual dele é matéria orgânica, que, portanto, também é passível de ser reciclado e reutilizado; 31% de resíduos secos, e desses 30% a gente estima que em torno de 70%, ou seja, por volta de 20% do total, sejam recicláveis secos; e 17%, 18% de rejeitos de partida.

Então, veja que, se a gente considerar o potencial que tem por reciclar via coleta seletiva, a gente está falando de um potencial que pode chegar a 20%, 25%, dos resíduos que são coletados no País, e apenas 1,5%, no máximo, a gente consegue retirar por meio dos programas de coleta seletiva.

Então, vejam que há um trabalho feito aí com o 1,5% que é reciclado por meio dos programas de coleta seletiva e com os 12% do que é colocado no mercado, que é reciclado pela indústria.

Muito dessa diferença se deve ao trabalho dos catadores de materiais recicláveis, que fazem isso num mercado ainda a ser valorizado, e a Política traz essa perspectiva, de forma ainda “marginal” — marginal, entre aspas, ou seja, fora dos sistemas convencionais. Então, esse é o diagnóstico dos resíduos.

O IPEA, no estudo elaborado por encomenda do Ministério do Meio Ambiente, avalia que se a gente considerar a cadeia de vidro, plástico, metal, alumínio e celulose, o País gasta 8 bilhões por ano por não reciclar apenas os resíduos dessas cinco cadeias. Ou seja, vai-se à natureza, extrai-se a matéria-prima, gera-se uma tonelada de um produto. Esse produto é utilizado pelos diversos consumidores. Depois, ele vai para o aterro sanitário ou para o lixão, e quando se quiser produzir mais uma tonelada, vai-se novamente à natureza, extrai-se, gasta-se energia, gasta-se água, e é isso que leva a esses 8 bilhões de reais.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos foi definida pela Lei nº 12.305, de 2010, e o decreto que a regulamentou é o Decreto nº 7.404, também de 2010, o que é uma boa prática legislativa e regulamentar no Brasil. Você vê uma lei, Deputada Rosane Ferreira, que é de 2010. A lei é de 2 de agosto de 2010 e foi regulamentada por um decreto do dia 23 de dezembro de 2010. Significa um grande esforço do Governo Federal e de todo o Legislativo para dar ao País uma política e uma



regulamentação que detalhou essa política para ser implementada, com toda a complexidade que a Política Nacional de Resíduos Sólidos contém.

E não é simples, conforme a gente está experimentando agora, ao discutir a logística reversa, nas diversas cadeias. São muitos interesses: envolve atores do setor privado, envolve governos, envolve a sociedade civil e, portanto, essa pode ser a explicação para a demora na tramitação dessa política.

Então, o País hoje tem uma política, tem um decreto que regulamenta a política, e nós temos hoje, no País, vários instrumentos.

Hoje a gente estava, no café da manhã, na Frente Parlamentar, e uma constatação generalizada era a de que, de fato, a Política pegou no País. E ela pegou por quê? Ela pegou porque os instrumentos da Política estão em vias de implementação. Eles estão sendo implementados, e todos os atores têm contribuído muito com isso.

Uma política é implementada pelos instrumentos que ela contém. Nós temos uma boa discussão no País sobre logística reversa, sobre planos de resíduos, sobre coleta seletiva, sobre planos de gerenciamento. Há um conjunto de instrumentos.

E merecem destaque para a discussão hoje dois instrumentos sobre os quais eu vou falar. São eles o instrumento da logística reversa e o da coleta seletiva — para discutir incentivos em relação à reciclagem, a gente tem de obrigatoriamente dar notícia deles.

O Comitê Orientador, que é um conselho de Ministros presidido pela Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, é composto pelo Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Ministério da Agricultura e Ministério da Saúde. Esse Comitê Orientador definiu as prioridades para a implementação da logística reversa no País, e a prioridade, em resumo, trata do seguinte: implementar a logística reversa daquilo que a lei diz que é obrigatório, em relação às seis cadeias que nós temos — agrotóxico, embalagens e resíduos; óleos lubrificantes, embalagens e resíduos; eletroeletrônicos, pilhas e baterias; lâmpadas fluorescentes mercuriais e mistas; e pneus.

Nós já temos instituídas, por algum instrumento normativo no País, quatro cadeias: pneus, óleos lubrificantes, pilhas e baterias e agrotóxicos e embalagens.



Então, a prioridade para a logística reversa instituída pelo Comitê Orientador foi ao que é obrigatório: eletroeletrônicos, lâmpadas fluorescentes e embalagens plásticas de óleos lubrificantes.

O Comitê Orientador ainda deliberou por priorizar a logística reversa de duas outras cadeias: a de embalagens em geral e a de medicamentos descartados. A de embalagens em geral pelo impacto ambiental que tem, porque nós estamos falando de 20% da fração seca dos resíduos sólidos urbanos, a que me referi anteriormente, e a de medicamentos descartados porque envolve um problema ambiental, mas também de saúde pública muito importante.

Boa parte desses grupos de trabalhos temáticos, que foram criados no dia 5 de maio de 2011, já cumpriram a sua função. Eles já elaboraram o Estudo da Viabilidade Técnica e Econômica e uma minuta de edital para o Governo chamar o setor privado e apresentar a sua proposta de logística reversa, o acordo setorial.

Já foi publicado o edital para os setores de embalagens plásticas, de lâmpadas fluorescentes, mercuriais e mistas e de embalagens em geral. Já está sendo concluído agora, ainda no mês de novembro, o Estudo da Viabilidade Técnica e Econômica para o setor de eletroeletrônicos, e o Comitê Orientador deve se reunir em dezembro para aprovar o edital de chamamento para a logística reversa de eletroeletrônicos.

Vai sobrar, portanto, o edital de chamamento para a logística reversa de medicamentos descartados, que provavelmente deve ser publicado no primeiro trimestre de 2013.

O que há de informação importante para este debate nosso? A logística reversa desses resíduos significa que o setor privado, aí incluídos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, apresenta ao Governo uma proposta de modelagem de logística reversa para cada uma das cadeias. Nessa modelagem se diz a responsabilidade de cada um desses atores e também como se vai dar a logística reversa em todo o Brasil, porque são acordos setoriais de âmbito nacional e, depois, vai desdobrar para cada Estado e cada região implementar a logística reversa no acordo setorial de âmbito nacional para depois ser instituída.



Eu vou dar o exemplo de uma cadeia que está praticamente fechada, que é a cadeia de embalagens plásticas de óleos lubrificantes. É um exemplo e vai ser seguido por todas as outras cadeias.

O setor de embalagens plásticas de óleos lubrificantes apresentou ao Governo, depois do edital publicado, uma proposta de acordo setorial definindo metas regionais e metas quantitativas para a devolução, para a reciclagem das embalagens plásticas de óleos lubrificantes. Essa proposta foi colocada em consulta pública. Houve contribuições. O Governo chamou o setor, discutiu com ele mudanças no acordo setorial. O setor validou as alterações. O Comitê Orientador já aprovou esse acordo setorial, e o Governo deve chamar agora o setor para a assinatura do primeiro acordo setorial derivado da Política Nacional de Resíduos.

Na esteira desse, virão vários outros. Já estão publicados o edital de chamamento do setor de lâmpadas fluorescentes, mercuriais e mistas e o de embalagens em geral. O prazo para o setor de lâmpadas fluorescentes venceu agora, no dia 4 de novembro, e nós já temos duas propostas de acordo setorial. E o prazo para o setor de embalagens em geral encerra no dia 2 de janeiro, e o setor já está preparado — está aqui o André Vilhena, do CEMPRE — para apresentar a proposta. O Governo, tendo essas duas propostas, colocará o tema em consulta pública. Depois, a gente instituirá esse acordo setorial.

A nossa expectativa é que a gente conclua os acordos setoriais dessas cinco cadeias até o primeiro semestre do ano que vem, o que vai ser uma grande contribuição, somando-se às outras quatro cadeias.

Especificamente, no prazo que me resta aqui, de 3 minutos, quero dizer que o Comitê Interministerial criou cinco grupos técnicos para discutir alguns pontos importantes. O que tem relação com esta audiência pública é o Grupo Técnico 3, que foi criado e é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, representado pelo Alexandre Comin.

Esse grupo técnico tem o objetivo de apresentar ao Governo estudos que contribuam para o incentivo econômico, financeiro, tributário (*falha na gravação*) incentivar a logística reversa no País. Esse grupo técnico já se reuniu por duas vezes. Está, agora, na fase de elaboração de estudo. Nós estamos contratando estudos para podermos identificar os principais problemas tributários, os problemas



financeiros, creditícios, não só para os tributos e incentivos do Governo Federal, mas também tributos e incentivos para os Governos Federal, Estaduais e Municipais — porque não são só os tributos federais que podem ser utilizados para incentivar a reciclagem de uma forma geral.

Então, o Governo está elaborando esses estudos, e a expectativa é que esse grupo técnico possa, no primeiro semestre do ano que vem, concluir os trabalhos e aportar para o Governo a possibilidade, depois, de ele utilizar os instrumentos necessários. Porque pode ser lei, mas também não precisa obrigatoriamente ser lei. Nós temos decretos que o Governo pode utilizar para mudar a alíquota de eventuais tributos.

De uma forma geral, eram essas as contribuições que eu queria trazer para o debate. A audiência contribuirá, com certeza, para subsidiar o Governo em relação a esses estudos. E nos colocamos aqui à disposição para o debate, posteriormente.

Muito obrigado pelo convite ao Ministério do Meio Ambiente. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosane Ferreira) - Muito obrigada, Sr. Silvano.

Eu quero, dando continuidade, anunciar e agradecer a presença do Deputado Maurício Trindade, do Deputado Leopoldo Meyer, do Deputado Adrian, membros desta Comissão, e também dizer que estiveram com a gente o Deputado Paulo Ferreira e o Deputado Junji Abe, que permanecem presentes através da sua assessoria.

Também quero agradecer a presença do Sr. Ronaldo Hipólito Soares, Gerente de Projeto do Ministério do Meio Ambiente; da Sra. Anna Carolina Araújo, assessora legislativa da Patri Políticas Públicas; do Sr. Fernando von Zuben, Diretor de Meio Ambiente da Tetra Pak Ltda.; do Sr. Adilson Durval, Presidente da IRSANI — Instituto de Reciclagem Social, Ambiental, Nacional e Internacional; do Dr. Edson Freitas, Presidente da ABREPET — Associação de Recicladores de Embalagem PET; do Sr. Evando Soares, do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Sra. Mariana Sinício, da Confederação Nacional da Indústria — CNI; do Sr. Gerson Henrique Sternadt, do IBAMA; e do Sr. Walfrido Ataíde, nosso consultor.

Dando sequência, passo a palavra para o Sr. Cláudio Latreille, representante da Federação das Indústrias do Paraná.



O SR. CLÁUDIO LATREILLE - Bom dia a todos. Eu quero cumprimentar todos os Deputados e todos os presentes, em especial a Deputada Rosane, que tem acolhido essa demanda da indústria têxtil paranaense. Quero também cumprimentar o Silvano, a Daniela, o Ronei, e mais o responsável por todo esse projeto relacionado ao meio ambiente do Brasil.

A indústria paranaense tem, hoje, um grande problema para ser resolvido. Por isso nós estamos aqui hoje: para pedir que esse assunto de reciclado, lixo, logística reversa seja tratado no Brasil com mais carinho, digamos assim.

Nós, hoje, no Paraná, temos aproximadamente — a indústria têxtil — 100 mil empregos diretos. Temos 5 mil empresas têxteis, das quais a maioria são empresas de pequeno porte, microempresas.

Todos sabem, aqui, também, que o Brasil hoje é o sexto produtor mundial de confecções. Perdemos para China, Vietnã, Bangladesh e para o Tigre Asiático, mas nós somos o sexto produtor mundial de confecções.

E o Paraná é o quarto polo têxtil do Brasil, que produz mais de 90 milhões de peças por ano. Então, é muita confecção, é muita roupa que é produzida no Paraná, e é muita roupa que é produzida no Brasil.

A Federação das Indústrias do Estado do Paraná, através do seu Conselho de Desenvolvimento Têxtil, está muito preocupada com o que fazer com a sobra do tecido, o que fazer com o retalho. Ela não quer ser um vilão, aparecendo na televisão e nos jornais como uma fonte poluidora, que joga o retalho no rio, que manda a água da lavanderia para o córrego, sem tratamento. Então, a indústria paranaense, em especial a têxtil, quer ter a sua responsabilidade social, também — ela tem e quer ter mais —, ela quer fazer a coisa certa. Esse é um propósito. Por isso nós recorreremos à Deputada Rosane, para que nos ajudasse.

Hoje, em termos de têxtil, de aparas têxteis — e aí nós falamos em 300 toneladas, mas, se formos fazer uma pesquisa mais a fundo, nós acreditamos que esse número seja muito maior —, nós estamos jogando dinheiro fora e puxando dinheiro das indústrias paranaenses para jogar esse dinheiro em aterros sanitários. Está cada vez mais difícil a competitividade, e nós temos que tirar dinheiro do bolso para inteirar uma possível matéria-prima. E é isso que nós queremos buscar.



Nós estamos trabalhando, no setor têxtil, em duas frentes: reduzir cada vez mais a quantidade de aparas, a quantidade de resíduos têxteis, fazendo, dentro das indústrias, a compra de equipamentos que façam um melhor aproveitamento dos tecidos, pois, quanto mais você aproveita, menos resíduos você joga no aterro sanitário. Nessa frente nós trabalhamos junto com as fontes de recursos, os bancos, o BNDES, o BRDE e alguns bancos privados, para que abram linhas de financiamento, linhas de crédito para as indústrias se modernizarem e comprarem equipamentos sofisticados, a fim de reduzirem esse número de aparas têxteis.

E, lá no Paraná, nós fizemos um projeto, que estamos chamando de manta verde. Hoje, no Brasil, algumas indústrias fazem fios reciclados; algumas coisas são usadas pela indústria automotiva, para a forração de automóveis; a indústria moveleira também usa alguns produtos feitos do resíduo têxtil; a indústria de colchão também usa algumas coisas desse tipo. Mas, perto do volume, o uso é muito pequeno — não posso aproximar a quantidade. E nós temos um estudo e um projeto que mostram que a intenção do setor é fazer uma manta verde para ser usada na construção civil, para isolamento térmico, isolamento acústico, para aplicações em *drywall*, que vem substituir a lã de rocha.

Esse projeto que nós temos tem três etapas, nós o determinamos em três etapas. A primeira etapa seria a pesquisa amostral, a quantificação e a qualificação do resíduo; a segunda etapa seria a realização de testes ou protótipos, toda a parte de certificação, com parceria do INT, do IPT, e empresas, SENAI, FINEP, Governo Federal; a terceira etapa seria a produção do lote piloto, para, na sequência, nós irmos atrás de investidores, irmos atrás de empresas que venham a comprar essa ideia e produzir a manta em série, para ser usada no mercado.

Com essas ações do projeto — já faz uns 2 anos, praticamente, que o estamos melhorando e encaminhando e correndo atrás de parceiros —, nós viemos aqui pedir para que sejam analisados recursos não só para esse nosso projeto, mas também para toda a indústria de reciclagem do Brasil; que sejam disponibilizadas verbas para a pesquisa amostral quantitativa e qualitativa, bem como para os ensaios de testes do produto, a elaboração de produtos piloto e lotes piloto e mais ações.



E também viemos pedir para os investidores do setor reciclável do Brasil uma política de juros mais baixos e maior prazo de liquidez; a desoneração da folha de pagamento e a redução de ICMS e a redução das alíquotas de todos os impostos para essas indústrias de todo o Brasil, em especial para as do Paraná. Que seja criado algum tipo de incentivo e que todo o setor industrial brasileiro da área de reciclagem venha a ser beneficiado, e que isso seja transformado em saúde e qualidade de vida para todos os cidadãos brasileiros.

Seria isso, Deputada Rosane. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosane Ferreira) - Agradeço ao Sr. Cláudio.

Rapidamente, passo a palavra para o Sr. Ronei Alves da Silva, representante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

Obrigada, Ronei, pela presença.

O SR. RONEI ALVES DA SILVA - Bom dia a todos. Eu gostaria muito de agradecer a oportunidade de estar aqui de novo e trazer um olhar do catador para toda essa discussão. Agradeço à Deputada, ao Deputado, agradeço à companheira Daniela — posso chamar de companheira, porque são tantas as reuniões de que a gente tem participado que acabamos nos tornando companheiros; ao Dr. Silvano Silvério, que tem sido um grande companheiro e um amigo nessa luta, durante todos esses anos, pela implementação da Política Nacional e da inclusão efetiva do catador, e não apenas no dizer.

Uma vez, uma professora da Universidade de Brasília me perguntou o que é a inclusão do catador, e eu muito tempo fiquei pensando no que era. E um amigo me falou, numa cooperativa: *"Inclusão do catador não é dar um par de chinelo e uma cesta básica, não; a inclusão social do catador é mais do que inclusão social, ela é inclusão socioprodutiva"*.

E é nisso que a gente tem esbarrado, porque a inclusão socioprodutiva é o catador ser visto, sim, organizado em cooperativa, em associação, não como uma mão de obra barata, mas sim como um agente produtivo. E isso nos tem trazido grandes problemas, porque, quanto mais a gente trabalha, quanto mais a gente tira do lixo material reciclável para trazer sustento para as nossas famílias, menos as



empresas ganham. Esse tem sido um grande problema para a inclusão das cooperativas e associações de catadores pelos Países.

Eu acredito que, com a Política Nacional, isso vá efetivamente mudar. Vai depender muito da luta dos companheiros em todos os Estados do País, mas depende também de os políticos e os Prefeitos, em cada Município, não olharem o catador de material reciclável como um problema, mas sim como uma solução para um problema.

A partir do momento em que você encerra a atividade num lixão, você implanta um aterro sanitário, e para você implantar um aterro sanitário é necessário que você implante uma coleta seletiva coerente. Uma coleta seletiva coerente é uma coleta seletiva de todos os materiais: aquilo que é orgânico volta para a cadeia do orgânico, tornando-se adubo, tornando-se outros materiais, para trazer vida para o nosso planeta; aquilo que é reciclável volta para a cadeia dos recicláveis; e, para aquilo que não é reciclável, buscam-se formas, caminhos para que efetivamente se torne reciclável.

Esta audiência pública está trazendo isso. Um problema, hoje, são as aparas de tecido, e eu acho que não só no Paraná, mas no País inteiro. Temos de trazer formas para que isso não seja um problema, mas uma solução. A gente precisa fazer o que a Política Nacional determina: reduzir, reutilizar e reciclar. Com isso, a gente vai diminuir uma coisa que existe hoje, demais, que são os rejeitos.

E o que é rejeito? É aquilo que efetivamente não é reciclável. Não é reciclável por quê? Porque está contaminado. Está contaminado por quê? Porque não existe coleta seletiva.

A partir do momento em que as Prefeituras pararem de olhar o catador como um problema... *"Ah! Eu preciso colocar aqui uma empresa para fazer isso."* *"Ah! Mas, pela Política Nacional, tenho que incluir esses abençoados desses catadores."* Então, não é ver o catador de material reciclável como um problema, e sim como agente produtivo.

Tenho vivenciado um processo muito importante, no Distrito Federal, durante todos esses anos, que é a luta para sermos incluídos produtivamente. Conseguimos grandes parceiros no decorrer dessa caminhada, como o Ministério do Meio Ambiente, a Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal, a Casa Civil do Distrito



Federal, a Secretaria-Geral da Presidência da República e o BNDES. Como falei, a Dra. Daniela e o Dr. Eduardo são companheiros de muitas reuniões e conversas. Isso é para mudarmos, efetivamente, a realidade do lixão. O lixão está a 15 quilômetros daqui. São 2.500 catadores que estão lá agora. Se estiver chovendo, agora, lá fora, a companheirada estará na chuva. Se estiver aquele sol de rachar a tampa, também lá estaremos trabalhando.

Hoje, estamos tirando entre 6 e 8 mil toneladas de material reciclável do lixo. Se houvesse coleta seletiva na Capital do País, em todo o Distrito Federal, chegaríamos a 25 mil toneladas de material reciclável por mês. É muito material reciclável. É aí que cai a indústria.

Nós, catadores, não vemos as indústrias, os empresários como inimigos, mas, sim, como parte do processo que precisa da outra parte do processo. Os empresários, os industriais, toda essa cadeia é necessária para fazer com que aquele resíduo que foi para o lixo volte para o ciclo, e possamos sobreviver por mais tempo neste planeta.

O Secretário-Geral da ONU falou que, se países como Brasil, China e Índia adotarem o modelo europeu e americano, nós vamos precisar de cinco planetas Terra para dar conta do consumo. E eu não estou dizendo que não é para ninguém consumir. Longe disso. Todo mundo troca de celular, todo mundo troca de carro todo ano. O que estou dizendo é que o ser humano precisa construir um mundo sustentável. E o mundo sustentável pode e deve começar pelos recicláveis.

Precisamos fazer com que o reciclável volte para a cadeia, que não vá mais para o lixão. Precisamos não ter mais lixão neste País. E ainda precisamos incluir 1,2 milhão de catadores que têm hoje no nosso País nesta cadeia. Para quê? Para que tenhamos menos meninos no sinal de trânsito vendendo uma laranjinha, menos crianças no lixão.

Todo mundo fala que não quer catador no lixão, mas eu ainda não vi nenhuma creche ser construída para tirar os filhos dos catadores do lixão. A companheirada está lá. Aí, eu falo com um companheiro: *“Meu irmão, pelo amor de Deus, não traga...”* Ele diz: *“Negão, tu quer o quê? Se eu não trago meu filho para cá, para o meu lado, ele vai estar do lado do traficante vendendo pedra na rua. Então, eu trago ele para o meu lado para isso, porque eu prefiro o meu filho do meu*



lado aqui do que do lado do traficante que está lá na esquina, que está na porta da escola. É por isso que eu trago meu filho". Eu falo: "Mas, mesmo assim, não pode, porque você se prejudica, você prejudica a categoria, você prejudica muitas vezes sua cooperativa".

Fala-se muito na retirada. Eu acho que precisamos parar de falar.

Fizemos uma ação, há pouco tempo, aqui, no Distrito Federal, porque nós catadores não temos mais tempo para ficar no diálogo. Nós conversamos, vamos ao diálogo, fazemos concessão, abrimos possibilidades, não somos intransigentes. Mas, com tudo aquilo que estava arranjado no Distrito Federal, de uma hora para outra cai uma parceria público-privada. Quando as meninas falaram: "*Ronei, vai ter uma audiência pública na Câmara que vai tratar da questão da industrialização e tal. Não é muito a nossa cara*", eu falei: "*Não. É nossa cara, sim. Temos que ir, porque a precisamos trazer para a discussão os empresários e os industriais*".

Existe um fantasma que está assombrando tudo que é catador que tem neste País. Você não vê um catador, em qualquer reunião em que esteja, que não fale de incineração. Só que essa briga não é só nossa. Essa briga é nossa, mas é também dos empresários da reciclagem e dos industriais. Se a parceria público-privada que quer ser implantada aqui no Distrito Federal...

O cenário é mais ou menos o seguinte: uma empresa será contratada para atuar aqui por 30 anos mais 5, num negócio de 12 bilhões de reais mais 4 bilhões de reais para implantação de uma usina de incineração. E tudo aquilo que é resíduo do Distrito Federal, as 2.500 toneladas de resíduos domésticos produzidos hoje, não vai mais passar pela mão daquela cooperativa.

O empresário que hoje comercializa com a cooperativa ou até mesmo o catador independente não vai mais comercializar conosco. Esse empresário vai comercializar com uma multinacional alemã que será dona de todo o resíduo do Distrito Federal. E ela vai lhe vender ou não se quiser, porque ela pode simplesmente queimar para produzir energia elétrica. Num primeiro momento, pode parecer uma coisa fantástica: de um lado, entra lixo, do outro lado, sai energia elétrica. É fabuloso, não é? Não, não é fabuloso. Quando o plástico deixa de ser petróleo, gasta-se uma quantidade considerável de energia elétrica para se produzir esse plástico — eu pego esse plástico e queimo —, tenho que tirar mais petróleo da



natureza. Preciso consumir mais energia elétrica para transformar esse petróleo em plástico.

Essas usinas que se vêm implantando pelo País quebram a cadeia de recicláveis. O pequeno ciclo que todo mundo estava acostumado a ver não vai mais existir. E todas as empresas que estão ligadas, toda a cadeia de recicláveis, todos os trabalhadores do mundo da reciclagem vão efetivamente perder seus trabalhos. Fico imaginando Brasília como é na Espanha: as lixeiras com cadeado, porque tudo vai ser para manter essa usina de incineração daqui de Brasília.

Isso afeta, sim, os catadores, afeta os empresários e os industriais. Os senhores vão ter que tratar com uma multinacional alemã...

(Não identificado) - E a natureza.

O SR. RONEI ALVES DA SILVA - E a natureza.

As empresas terão que tratar com uma multinacional alemã e vão ter suas máquinas rodando se pagarem o que a multinacional quiser. É mais ou menos esse desenho.

Por isso, hoje, nós catadores, no Movimento Nacional de Catadores, viemos conclamar os empresários e os industriais para essa bandeira de fortalecimento da cadeia que construímos no País, ao longo dos anos, e para que não nos vejamos mais como inimigo, mas, sim, como uma cadeia necessária que se fortaleça para que tenhamos um País mais sustentável.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosane Ferreira) - Muito obrigada, Ronei.

Propositadamente, deixamos a Sra. Daniela para o final das exposições, porque nosso entendimento é de que ela tem a chave do cofre.

Na verdade, queremos ouvi-la com relação à economia solidária, ao BNDES, como isso está sendo pensado para o desenvolvimento do nosso País e as linhas de financiamento para esta questão.

Por isso, era pertinente que a senhora usasse da palavra depois de ter ouvido principalmente o Sr. Cláudio e o Sr. Ronei.

A SRA. DANIELA ARANTES ALVES LIMA - Bom dia a todos.



Quero saudar a nobre Deputada Rosane Ferreira, o Deputado Penna, os membros da Mesa, Cláudio, Silvano, Ronei e agradecer o convite para o BNDES participar desta audiência pública e termos oportunidade de mostrar o que o BNDES tem a oferecer para o setor de resíduos sólidos.

O BNDES está sendo representado por mim, Daniela. Sou chefe do Departamento de Economia Solidária. Está me acompanhando o Eduardo, gerente da equipe.

Preparei uma apresentação, mas não sei se tem como mostrar, porque falar das linhas do banco sem que todos consigam visualizar acho que é um pouco complicado.

Preparei a apresentação falando um pouco do setor de resíduos sólidos urbanos no Brasil, o que não é novidade para ninguém desta Casa, mas só para contextualizar e mostrar como o BNDES está atento a isso e o que ele tem a oferecer. Vou mostrar um pouco mais à frente.

Vou passar rapidamente por isso, porque eu acho que não é novidade para ninguém aqui.

Temos o marco regulatório, que é a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Como o Silvano já bem destacou, ela foi criada em 2010 e depois regulamentada por decreto-lei. Essa política prevê: o fechamento dos lixões, até o final de 2014; a destinação ambientalmente correta; a responsabilidade compartilhada por todo o ciclo de vida do produto entre o poder público, os empresários, a sociedade; a gestão integrada dos resíduos sólidos, cuja responsabilidade é dos municípios. É importante condicionar que o acesso a recursos federais estejam vinculados à apresentação de um plano de gestão integrada de resíduos sólidos — isso é bem interessante. Continuando: o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável como um bem econômico e de valor social — isso também já foi colocado aqui —; a responsabilidade dos Municípios nessa gestão, como eu já coloquei; a concessão da prestação dos serviços públicos. É interessante também colocar essa questão da cooperação entre os entes federados, a questão de que os aterros pressupõem realmente uma escala para eles serem bem operados.

Eu estou passando rapidamente, só uniformizar o entendimento.



Todas essas são leis que se aplicam aos resíduos sólidos. Quero dar um destaque à Lei nº 11.445, com a qual os catadores conquistaram a oportunidade de serem contratados sem licitação. Isso é bem interessante. O Ronei saiu, mas falando um pouco da nossa parceria com os catadores.

Eu vou passar para o próximo *slide*, para destinar mais tempo para o que o Banco tem a oferecer realmente.

A questão da logística reversa, que o Silvano já colocou aqui. É bom deixar claro que a gestão é de competência e responsabilidade do município, e o licenciamento é de competência e responsabilidade do Estado, para não confundirmos os papéis. A responsabilidade dos geradores e todos esses instrumentos; acordos setoriais que podem ser feitos entre poder público, fabricantes, etc.

Então, agora o foco principal, que é atuação do BNDES no setor de resíduos sólidos.

Esse *slide* deixa claro que o BNDES está atento a todas as etapas do processo: coleta, tratamento, reaproveitamento e destinação.

Aqui, o que temos a oferecer para a coleta. O FINAME — Financiamento a Máquinas e Equipamentos — é uma linha de crédito do banco, em que temos caminhões de coleta cadastrados. Não só isso está cadastrado, mas também os elevadores de carga e uma série de outros equipamentos que eu posso citar depois. Financiamos as estações de transbordo, os pontos de entrega voluntária, a coleta seletiva. Apesar de ser uma responsabilidade do município, também financiamos sistemas mecanizados e containerizados.

Para o tratamento, financiamos: os incineradores, a dessorção térmica, a biorremediação, a compostagem.

No reaproveitamento, o BNDES tem linhas para financiar: biodigestor, plantas de manufatura reversa, usinas de triagem e reciclagem e o aproveitamento energético do biogás.

E, na destinação: os aterros sanitários, os incineradores com aproveitamento energético e os biodigestores.

Esses são alguns exemplos de projetos que foram financiados pelo Banco. Quando fiz um levantamento antes de vir para cá, para ver qual seria a atuação do



BNDES no setor dos resíduos sólidos, vimos que na classificação do IBGE, na Classificação Nacional da Atividade Econômica — CNAE, pesquisando rapidamente pelo Código 38, que é o de resíduos sólidos, o BNDES já investiu nesse setor mais de 3 bilhões. E aqui trouxe alguns exemplos de possíveis financiamentos, ou financiamentos que já ocorreram e que podem ser pleiteados.

Então, na área social: implantação e ampliação de aterros sanitários; plantas de produção de CDR; tratamento de metais; unidade de dessorção térmica; estação de transbordo; geração de energia, a partir de biogás de aterro.

Na área industrial, agora, um grande fabricante de bebida recebeu um financiamento na nossa linha de investimento social de empresas, que é o nosso subcrédito social, que tem taxas vantajosas. Ele está pegando recursos para apoiar as cooperativas de triagem de resíduos sólidos, para reciclagem nas operações indiretas automáticas, que são operações até 20 milhões de reais. Temos diversos apoios, mas, principalmente, a compra da frota de caminhões para coleta. E temos também uma pesquisa científica com recursos do FEP — Fundo de Estruturação de Projetos, que está fazendo análise das diversas tecnologias de tratamento e de disposição final de resíduos sólidos no Brasil, países da Europa, Estados Unidos e Japão.

Agora, eu vou falar um pouco dos produtos e linhas que o BNDES tem a oferecer. Produtos e linhas, para quem não conhece muito bem o BNDES, são aqueles que estão nas políticas operacionais do banco e que não têm um prazo de vigência, ou seja, eles continuam até *ad aeternum*, se possível. Os nossos programas têm um prazo de vigência e são prorrogáveis, se a casa decidir que devem ser prorrogados. Então, temos a linha de meio ambiente, que financia projetos de coleta, tratamento, disposição final de resíduos sólidos industriais, comerciais, domiciliares e hospitalares. Esses projetos devem envolver os investimentos relacionados ao encerramento de eventuais depósitos de lixo existentes na região, ou seja, deve prever o término dos lixões.

Quem pode tomar esse recurso? Empresas no País, de controle nacional ou estrangeiro, empresários individuais, associações, fundações e pessoas jurídicas de direito público. A taxa de juros é formada pelo custo financeiro, a remuneração básica do BNDES e a taxa de risco de crédito. O custo financeiro é a TJLP, que hoje



está em 5,5% ao ano, a remuneração do BNDES é 0,9% ao ano, e a taxa de risco de crédito é a taxa do tomador. Quem chega para pleitear um financiamento do BNDES passa por uma análise da nossa área de crédito. De acordo com o *rating* dessa empresa, pode pegar de 0,4% ao ano, se for um triplo A, até 4,18% ao ano, se tiver uma classificação de risco triplo C.

Então, as senhoras e os senhores vão perceber, ao longo da apresentação, que a maioria das linhas, produtos e programas que o BNDES tem a oferecer para o setor de resíduos sólidos vão ser basicamente com TJLP mais 0,9% ao ano, ou seja, estou falando de algo em torno de 6,4% ao ano. É um financiamento com custo bem baixo. TJLP mais 0,9% é um dos menores custos que temos no BNDES.

A linha de investimentos sociais de empresa tem duas divisões: uma no âmbito da comunidade; outra no âmbito da empresa. O que é interessante para cá é o âmbito da comunidade, que é aquele exemplo que eu citei num dos *slides* anteriores do grande fabricante de bebida que está pegando essa linha, um subcrédito social, para investir no apoio às cooperativas, nos centros de triagem, etc. Então, ações que tenham como público alvo as populações localizadas em comunidades do entorno ou nas áreas de influência geográfica das empresas. Quem pode tomar? As empresas sediadas no País, de capital nacional ou estrangeiro, empresários individuais, associações e fundações. Essa linha tem uma taxa de juros somente de TJLP, que, no linguajar da casa, é a TJ careca, ou seja, não tem mais nada, é só a TJLP, é só 5,5% ao ano. Não há, nessa linha, taxa de risco de crédito. Então, é uma linha bem vantajosa.

Temos o BNDES Automático, que não é específico para o setor de resíduos sólidos, porém, é um produto bem amplo. Na verdade, ele envolve qualquer projeto de implantação, ampliação, recuperação, modernização, qualquer projeto de investimento. A empresa que tiver um projeto, um financiamento com até 20 milhões de reais pode pegar esse produto, que é o BNDES Automático. Ele é feito por intermédio dos agentes financeiros, ou seja, a empresa não bate na porta do BNDES, ela vai por meio de um agente financeiro cadastrado no BNDES. Então, qualquer empresa de controle nacional ou estrangeiro, cooperativas, associações, fundações etc.



Ele tem uma divisão. Na verdade, ele tem várias divisões, mas eu trouxe as principais aqui para mostrar, porque, senão, iria confundi-los com uma série de informações. A principal é a linha de micro, pequena e média empresa. Quando falamos de média empresa, no BNDES, estamos falando faturamento de até 90 milhões de reais, então, pega a TJLP mais 0,9 mais a remuneração do agente financeiro. E para a média grande e grande empresa, 20% de cesta de moedas, ou SELIC, mais 80% da TJ- 462, que é a TJ mais 1.

Então, o Cláudio falou que a maioria das empresas do setor têxtil é composta por microempresas. Há uma linha bem vantajosa no banco, que é a TJLP mais 0,9%, se o projeto for até 20 milhões, que eu acredito que seja, que é mais ou menos o corte, responde bem às necessidades desse público.

Temos o Cartão BNDES, que eu acho que é um dos produtos mais divulgados do banco, que já tem uma série de produtos necessários à cadeia como um todo cadastrada no portal do cartão. Então, a taxa do cartão é um produto para micro, pequena e média empresa, e a taxa do cartão, em novembro, está 0,91% ao mês.

Uma outra linha que também temos é a capacidade produtiva, demais indústrias. A capacidade produtiva tem uma série de setores envolvidos, mas eu acho que para cá trouxe as demais indústrias. Também é parecido com o BNDES Automático. Seriam projetos maiores, acima de 20 milhões, mas também para todo o tipo de projeto: ampliação, implantação, tudo o que se possa pensar para as indústrias estaria nessa linha. Isso, para os projetos maiores. O custo dessa linha é 20% de cesta, ou IPCA, ou SELIC, ou a TJ-3, que, na verdade, é equiparada aos contratos de DI Futuro da BMF de 3 meses; a TJ-6 dos contratos de 6 meses; pode pegar até 50% da TJLP e o restante, TJ- 462.

E a linha de micro, pequena e média empresa, parecida também com a linha do BNDES Automático, que é a TJLP mais 0,9%. Varia também a taxa de risco de crédito, como informei no *slide* anterior.

Temos também a linha de Saneamento Ambiental. Na verdade, essa linha contempla todos os tipos de financiamentos necessários ao setor de resíduos sólidos, que é o apoio a investimentos realizados em diversos segmentos. Não vou me alongar aqui. Quem são beneficiários dessa linha? As empresas com sede no



País, de controle nacional ou estrangeiro; empresários individuais; associações; fundações e pessoas jurídicas de direito público. O custo dessa linha é TJLP mais 0,9% mais também a taxa de risco. Percebam que TJLP mais 0,9% se repete em vários produtos e programas do BNDES.

Temos o BNDES Fundo Clima, especificamente o subprograma Resíduos com Aproveitamento Energético, que são os projetos de racionalização de empresa urbana associados à disposição de resíduos com aproveitamento energético e implantação, modernização e ampliação de empreendimentos destinados à disposição de resíduos com aproveitamento energético, exceto aqueles que utilizam incineração.

Quem pode pegar isso? Os Estados, municípios, Distrito Federal, entidades da administração pública indireta federal, estadual e municipal, inclusive consórcios públicos, empresas com sede e administração no País e empresários individuais. A taxa de juros é 5% ao ano mais 0,9% ao ano. Aí há uma divisão para os Estados, municípios e Distrito Federal. Tem a taxa de risco de crédito, que é de 1% ao ano, e para os demais clientes também continua variando de 0,4% até 4,18% ao ano. Está em estudo uma proposta de inclusão de financiamento para a logística reversa no âmbito do Fundo Clima.

O BNDES Proplástico específico para o setor incentiva o aumento. Qual o objetivo desse programa? Incentivar o aumento da produção de transformados plásticos, embalagens, equipamentos e moldes para o segmento e a reciclagem no País. Quem pode tomar esse recurso? As sociedades empresárias que pertençam à cadeia produtiva do plástico, específico para o setor, como produtor, fornecedor de equipamentos, reciclador e distribuidor. Específico para cá, para essa conversa, há o BNDES Proplástico socioambiental, que tem como objetivo o aumento da reciclagem interna, externa, coleta, tratamento, disposição final de resíduos sólidos. A taxa desse programa, que tem uma vigência diferentemente dos outros de que eu falei, é TJLP mais 0,9% ao ano e também a taxa de risco, que varia de 0,4% a 4,18%.

Agora, puxando um pouco para o departamento no qual eu e o Eduardo trabalhamos, que cuida do Fundo Social do BNDES, que são os recursos não reembolsáveis do banco, e temos uma grande parceria com o Ronei. Então, começamos o apoio ao setor, em 2007, pensando especificamente na inclusão



socioproductiva dos catadores, e a estratégia inicial que tínhamos era o apoio direto a cooperativas de catadores. Percebemos que não tínhamos pernas e braços para dar conta desse mundo e achamos interessante continuar atuando nesse setor, não deixar de atuar, porém, precisávamos muito dos nossos parceiros para conseguir dar a capilaridade que precisávamos.

Então, temos como parceiros os municípios, aqueles acima de 500 mil habitantes, os Estados, a Fundação Banco do Brasil, os SENAls, também no Ministério do Trabalho e Emprego, a Unidade de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil, BB DRS. E com o apoio desses parceiros, conseguimos chegar aos catadores, que são o nosso público-alvo.

Então, para terem uma ideia, até hoje já conseguimos aportar de recursos não reembolsáveis no nosso Fundo Social 124 milhões de reais. O parceiro é responsável pela elaboração, análise dos projetos, edital, acompanhamento, justamente aquilo que fazíamos no início. Ou seja, percebemos que não teríamos condições de dar conta do recado e chamamos os nossos parceiros para nos ajudarem nessa missão. Eles ficaram responsáveis por algo que começamos a fazer em 2007, na verdade em 2008, que foi quando tivemos a primeira operação contratada, e hoje conseguimos, com eles, alcançar esse resultado. São 124 cooperativas de catadores que estão sendo apoiadas. Nós estamos presentes em 66 Municípios e 27 Estados. Isso é o que a gente não quer mais ver. Este é o papel do BNDES: contribuir para o término dos lixões. É o que a gente quer ver.

Esta é uma foto da parceria que a gente tem com o Município do Rio de Janeiro. Este é o Centro de Triagem de Irajá, onde o BNDES entra com o apoio à construção dos galpões, à aquisição dos caminhões.

O que o BNDES tem a oferecer é o que apresentei agora. Precisamos introduzir a cultura de coleta seletiva e a cultura de reciclagem em toda a sociedade.

Quando a gente conseguir isso, o BNDES terá condições de dar um apoio muito maior do que ele já vem dando.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adrian) - Quero agradecer a apresentação à Sra. Daniela Arantes, Chefe do Departamento de Economia Solidária do BNDES.



Convido a nobre Deputada, autora do requerimento, para reassumir a presidência dos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosane Ferreira) - Perdoem-me a pequena ausência, mas tive que ir até o plenário. Nós estamos com uma sessão extraordinária e me chamaram para registrar presença.

Muito obrigada, Deputado Adrian. V.Exa. é um guerreiro nesta área, é um grande parceiro, sabe a importância da reciclagem e dos três erres. Muito obrigada por ter me substituído na presidência dos trabalhos por alguns minutos.

Nós vamos continuar. Nós entramos na fase dos debates, o que acho importantíssimo. Primeiramente, consulto o Deputado Adrian se quer fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Adrian.

O SR. DEPUTADO ADRIAN - Primeiramente, quero parabenizar a nobre Deputada Rosane Ferreira por essa audiência pública tão importante, parabenizar os convidados pelas apresentações tão importantes.

Estamos trabalhando há algum tempo nessa área, o Silvano já foi convidado por nós algumas vezes, por entendermos que se trata de um assunto de extrema importância para o nosso País. Vejo ali o Ronei, que representa os nossos catadores. Na verdade, hoje, no Brasil, os catadores são os verdadeiros heróis desse processo. Fico triste de ver o nosso País ainda nessa situação.

Conforme foi falado pelo Silvano, o nosso País enterra 8 bilhões de reais anualmente de desperdício. O Brasil recicla aproximadamente 3,79% do seu resíduo sólido, enquanto os Estados Unidos reciclam 79%. Nós temos um prejuízo anual de 8 bilhões.

Tivemos aqui alguns debates sobre o gasto do nosso País com a Copa do Mundo. Nós vamos gastar aproximadamente 8 bilhões com a Copa do Mundo. Se não houvesse desperdício, poderíamos ter, todo ano, uma copa do lixo financiada totalmente.

Aí eu pergunto — ao mesmo tempo, fico feliz ao ver a apresentação do BNDES, porque acendeu uma luz no final do túnel — até quando o nosso Brasil vai ser o país do desperdício. A garrafa PET — está presente aqui o Edson Freitas, Presidente da ABREPET — é um material que pode ser reciclado infinitamente, ser



reutilizado diversas vezes. Também pode ser reutilizada para tintas, vernizes e outras coisas mais.

Mas, infelizmente, grande parte desses resíduos sólidos está indo para os aterros sanitários. Está sendo enterrado dinheiro, está sendo enterrada a esperança de famílias, esperança de mais geração de emprego, esperança de mais geração de recursos para os Municípios. Infelizmente, no nosso País, está tudo sendo enterrado. Hoje há aproximadamente 2 milhões de pessoas que dependem direta ou indiretamente do resíduo sólido, que prefiro ainda chamar de lixo. Quando for tratado devidamente, aí sim, vamos chamar de resíduos sólidos. Essas 2 milhões de pessoas que dependem do lixo poderiam viver em uma situação muito melhor. E esse número poderia ser muito maior. Mas, para isso, Deputada, precisamos unir o poder público, o poder privado e a sociedade.

Eu tive uma reunião com o Silvano, há alguns dias. Levei umas cartilhas, porque o nosso País tem de passar por uma mudança de cultura. Essa cultura tem que começar no berço, nas escolas. As crianças têm de aprender a separar o lixo, têm de aprender que o lixo tem serventia. Temos de aproveitar o lixo. Estamos deixando de cortar árvores, por exemplo, quando reciclamos o papel; estamos deixando de usar petróleo e produtos químicos ao reciclarmos o plástico. Ou seja, não é só a questão do emprego, mas também o aspecto ambiental para o nosso País e o aspecto social, que é também muito importante. O Ronei pode dizer bem sobre isso. Grande parte dos catadores que hoje vivem do lixo veio do mundo das drogas, dos presídios. Eles encontram nesse trabalho o meio de subsistência para não voltar mais ao meio que ele não quer voltar.

O nosso Governo Federal, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente, a Câmara dos Deputados, os Governos Estaduais e Municipais, a sociedade, tem de dar todo apoio a essas pessoas, aos nossos catadores. São eles que realmente separam e levam o lixo até as empresas de reciclagem, que fazem chegar às indústrias, gerando os recursos necessários. Eu tenho um sonho: o nosso Brasil deixar de ser o país do desperdício, dessa escala de 3,79%, 1%, 12%, e passar para pelo menos a metade do nosso lixo.

E o maior agravante: aproximadamente 40% do nosso lixo está no aterro sanitário; 40% vai para os lixões e aproximadamente 11% ninguém sabe para onde



vai. Ou seja, está na tragédia de Novo Friburgo, Petrópolis, da Região Serrana do Rio de Janeiro, está na tragédia de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, entupindo bueiros.

Uma pergunta para a Daniela. Vimos aqui que existem muitas linhas de financiamento, mas por que essas linhas de financiamento oferecem tantas dificuldades para as empresas que querem realmente fazer alguma coisa? O que a gente vê é muita reclamação das empresas, porque não conseguem ter acesso às linhas de financiamento.

Também quero pedir ao Silvano, que faz um excelente trabalho no Ministério do Meio Ambiente, para trabalharmos na conscientização da nossa população — o Ministério do Meio Ambiente em parceria com o Ministério da Educação.

Quero anunciar, Deputada, que ontem dei entrada a uma emenda à MP 589 nos seguintes termos: *“As pessoas jurídicas que recuperarem resíduos sólidos para reciclagem ou reutilização, nos termos da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, a ser posteriormente vendido como matéria-prima ou produto intermediário na fabricação de produtos, terão direito a crédito presumido do Imposto Sobre Produtos Industrializados, da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social. Entendemos também que a nossa luta é para diminuir esses tributos dos produtos reciclados em relação aos produtos virgens”*.

Mais uma vez, aproveito a oportunidade para parabenizá-la pela iniciativa e pela felicidade de ter uma companheira nessa luta, parabenizar os senhores pelas belíssimas apresentações e pedir essa união, essa cooperação para que o nosso Brasil seja um país bem melhor para nossas futuras gerações viverem.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosane Ferreira) - Eu que agradeço, Deputado Adrian.

Para realização desta audiência pública, tivemos que elaborar um requerimento e submetê-lo à aprovação. O Deputado Adrian, desde o primeiro momento, esteve ao nosso lado apoiando e incentivando para que a audiência pública se realizasse. Muito obrigada.



Vamos passar novamente a palavra aos senhores para que possam fazer as considerações finais. Mas vou inverter a ordem: Ronei, depois o Cláudio, depois a senhora e, por fim, o representante do Ministério do Meio Ambiente.

Antes de estar Deputada Federal, estive Deputada Estadual, este é o meu segundo cargo eletivo. Quando eu cheguei à Assembleia Legislativa, Deputado Adrian, era a primeira Deputada do Partido Verde, mas nunca havia ocupado uma cadeira. E nesta Casa sou a primeira Deputada pelo Partido Verde. Nós trazíamos uma grande demanda em busca de políticas públicas de cuidado ambiental.

Uma das primeiras iniciativas que eu tive em meu Estado, em 2007, foi propor a retirada das sacolas plásticas dos supermercados. Mas é aquela ânsia de querer fazer a coisa e ver que as sacolas plásticas eram realmente um problema. Estavam nos aterros, nas ruas, enfim, em todos os lugares. Comecei a usar a minha sacola retornável e, na terceira vez que fui ao supermercado com a sacola retornável, fui obrigada a comprar sacos de lixo. Eu me dei conta de que o problema não era a sacola que saía do supermercado, mas a sacola que saía da minha casa. Então, não era proibir o mercado de oferecer a sacola — permitam-me exemplificar —, mas a responsabilidade com que eu usava essa sacola quando ela saía do supermercado e como eu a devolvia para o meio ambiente. Era ali que estava o nó da questão.

A gente discutia a questão das sacolas biodegradáveis, das sacolas oxi-biodegradáveis, mas havia outra discussão que era cultural. Dá uma espécie de prazer produzir e livrar-se do lixo. É um tipo de catarse, colocam-se os produtos na sacola, dá um nó e leva. É uma coisa impressionante. A gente quer se livrar da sacola e tem que se preocupar onde ela vai parar.

Essa é a discussão que tem de ser feita: a cultural; a da corresponsabilidade; sobre como lidar com as coisas quando as separamos em casa, como lidar com as coisas no dia a dia, como cidadã e não como legisladora ainda.

Aqui nós estamos discutindo a economia. Eu sinto que faltou uma cadeira nesta mesa. Faltou estar sentado aqui o CONFAZ. Nós precisaríamos que estivesse aqui o Ministério da Fazenda. Realmente nos faltou.

Nós precisamos de isenção fiscal também, mesmo sabendo que são os tributos que mantêm todas as outras políticas públicas. Mas precisamos discutir o



ISS em cima da indústria da reciclagem em âmbito municipal, o ICMS nos Estados, o IPI, o PASEP, o PIS e todos os outros tributos que temos em âmbito federal. Precisamos de toda essa discussão, porque não estamos falando de economia. Nós estamos falando de sobrevivência da vida sobre o planeta. É maior do que a economia — é maior.

Pela manhã, no café — houve um café da manhã da Frente Ambientalista, o Sr. Silvano estava lá —, foi discutido o destino da indústria da construção civil, porque é um grande problema os resíduos da construção civil, os restos de demolição. Ainda é muito mais vantajoso comprar areia do areeiro sem se dar conta do buraco, das cavas, do assoreamento dos nossos rios, ainda é muito mais vantajoso do que pegar o resíduo e pôr de volta no processo de construção, o que outros países já fazem há muito tempo.

Nós tivemos uma explanação há pouco tempo de Portugal. Em algumas regiões — não sei se o país todo faz isso —, conseguem colocar de volta no mercado, reutilizar 90%, 98%, 92% dos resíduos que produzem na construção civil e em outros setores. Então, temos de debater essas questões à exaustão. E sempre com o viés de preservação da vida, sempre com esse viés do cuidado ambiental. *(Palmas.)*

Obrigada. É este o objetivo de estarmos aqui. E eu agradeço, porque não quero retomar, no final, o uso da palavra. Depois da fala do Sr. Silvano, nós vamos encerrar, até pelo adiantado da hora.

Eu agradeço a todos que aqui estão. Eu sinto nos senhores e nas senhoras o compromisso com esta questão. Por isso estão aqui até este momento. E tenham, no mandato da Deputada Rosane Ferreira, no mandato do Deputado Adrian, no mandato do Deputado Leopoldo Meyer, que deixou há pouco esta reunião, e de outros Deputados que aqui não estão, parceiros nesta luta — temos várias demandas na Casa — pela preservação da vida.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

Passo a palavra ao Sr. Ronei, por 5 minutos.

O SR. RONEI ALVES DA SILVA - Eu falo em menos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosane Ferreira) - Mas você terá cinco. E nós vamos ouvir com toda a atenção.



O SR. RONEI ALVES DA SILVA - O Deputado Adrian disse que o BNDES aparecia como uma luz no fim do túnel e concordo com ele. Foram vários governos. Entrava governo, saía governo e nada mudava efetivamente. Foi no Governo Roriz, foi no Governo Arruda, e a gente não via uma luz no fim do túnel. O que a gente tinha muito era taca, apanhava demais da polícia, queimavam o material, e a gente vivia de uma forma complexa. E a gente via muito recurso do Governo Federal, que era destinado para implantação de Centros de Triagem.

Só para terem ideia, nós perdemos 8,5 milhões de reais no Governo Arruda, que era para implantação de Centros de Triagem. E a gente não conseguia efetivá-los porque o Governo simplesmente não executava o recurso.

E foi quando apareceu o BNDES e a Fundação Banco do Brasil, em Brasília. Foi uma parceria que, graças a Deus, começou há alguns anos. A gente conseguiu, na época, um recurso para fazer um estudo, apesar de todo mundo dizer que os catadores eram um bando de incompetentes, vamos dizer assim. Mas é um pouquinho pior.

Fomos atrás de técnicos da área de resíduos sólidos e da Universidade de Brasília. Na época, a gente conseguiu, com a Fundação Banco do Brasil e com o BNDES, recursos para fazer um estudo a quatro mãos: Secretaria de Meio Ambiente; Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal; os técnicos que a gente contratou e catadores que participaram desse projeto. Queríamos construir um plano.

Então, na época, quem financiou esse plano foi o BNDES. A gente entendeu que não adiantava ficar só gritando e brigando, porque não resolve. A gente tem que ir para o debate técnico. E conseguimos fazer esse estudo com financiamento do BNDES. Foi um estudo que demorou mais de 1 ano para ficar pronto. A gente conseguiu, com recurso do BNDES e da PETROBRAS, a aquisição de caminhões.

Em Brasília, é proibido rodar carroça. Eu passei pelo menos 70% da minha vida em cima de uma carroça, e aqui em Brasília é proibido rodar de carroça. Então, isso foi bom, não foi ruim. Isso foi bom, porque a gente viu a necessidade de mecanizar nossa coleta. Não dá mais para recolher material nas cidades de carroça. Não dá mais. Daqui a uns dias, o trânsito de Brasília ficará pior do que o de São Paulo.



Então, é preciso mecanizar. O BNDES teve um papel fundamental na aquisição dos caminhões e caçambas *roll-on* e *roll-off*, e a gente vai fazer a coleta seletiva. A gente sonha em fazer a coleta seletiva na Esplanada dos Ministérios.

Pois bem. Essa era apenas a ponta do *iceberg*. Isso, Deputada, não mudava nossa vida efetivamente. O estudo e os caminhões não mudavam a nossa realidade.

Certa vez, ao sair de uma audiência — os técnicos estavam conosco —, a gente teve uma conversa com o Angelo Fuchs e o outro, cujo nome não lembro agora. Ele disse: *“Ronei, se o Governo do Distrito Federal topar, a gente banca tudo, de cabo a rabo”*. Naquele dia vi a luz no fim do túnel. Eu pensei: *“Poxa, vida. Existe uma esperança”*. E aí a gente correu. Na época, era o Governo Arruda, e a gestora era uma senhora chamada Fátima Koch, que não topou implantar coleta seletiva no Distrito Federal.

A gente começou uma discussão muito bacana com o atual Governo, através da Secretaria de Meio Ambiente. Efetivamente, o Governo do Distrito Federal e nós os catadores de Brasília fizemos uma proposta ao BNDES, para aquisição de 12 Centros de Triagem, a fim de que quase 4 mil catadores pudessem trabalhar, adquirir equipamentos para efetivar a coleta seletiva no Distrito Federal. Uma das coisas que mais desmobiliza é — a senhora viu como é complicado ir lá, com a sacola e tal — o cidadão separar o seu resíduo em casa e, quando está tudo bonitinho, teve aquele trabalho de separar o resíduo, o caminhão recolhe o lixo de qualquer jeito. Eu falava muito: *“Separem, porque, de qualquer forma, vocês ainda estão ajudando a gente”*. Foi nessa época que nasceu essa história de implantar esses Centros de Triagem. A Secretaria de Patrimônio da União fez a cessão das áreas para a construção dos galpões, e o BNDES entrou com recursos para construí-los. A Secretaria de Meio Ambiente elaborou um projeto. Sonhamos que, no ano de 2013, as Centrais de Triagem estejam implantadas, para que a gente não precise mais trabalhar nem no sol nem na chuva.

Então, eu acho que, em Brasília, a partir de 2013, existe a grande chance de montar um modelo de inclusão socioprodutiva do catador e fazer uma coleta seletiva coerente, de verdade, e não aquela que dizem que é para inglês ver. Acho que a gente vai poder atuar muito na cadeia de recicláveis e ter as indústrias e as empresas como grandes aliadas na implantação da coleta seletiva.



Era isso. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosane Ferreira) - Passo a palavra ao Sr. Cláudio.

O SR. CLÁUDIO LATREILLE - Eu vejo o seguinte: hoje, no Brasil, a grande maioria das pessoas, quando se fala em lixo, dá uma olhadinha para o lado, dá uma olhadinha para o outro e vê onde vai jogar a sacola. Não tem essa cultura ainda de cuidar do lixo, de reciclar. Muito pouco. Então, devia-se investir em educação nas escolas e começar de baixo, para quando a gente chegar lá na frente ter uma consciência um pouco melhor na população brasileira. E há dinheiro. Quem tem 8 bilhões para gastar numa Copa do Mundo e não sei mais quantos bilhões nas Olimpíadas, tem dinheiro. Os juros estão atrativos, Daniela. Nunca se viu tanto dinheiro e juros baixos. O empresário sabe disso, tem as suas fontes, só tem que fazer esse negócio ser lucrativo.

Mas o que eu vejo que está faltando é dinheiro para pesquisa. *“Ah, PET eu tenho para reciclar, eu posso fazer voltar plástico de novo; outro metal eu tenho e faço fio de novo, faço isso”*. Muitos setores não sabem o que fazer com o seu resíduo. Então, eu acho que tem de investir muito em pesquisa — pesquisa e pesquisa e pesquisa — e dar oportunidade aos empresários para que possam fazer investimentos. A minha colocação seria essa.

Eu acho que essa conversa não pode parar por aqui. Ela tem que continuar, tem que ser cada vez mais firme, mais forte e fazer com que cada empresário, cada cidadão brasileiro faça a sua parte, a fim de termos uma qualidade de vida um pouco melhor. Eu defendo essa bandeira e acho que as responsabilidades têm que vir, sim. Mas também é preciso dar condições para a gente fazer mais nas nossas empresas. Eu acho isso interessante.

Quero agradecer à Deputada Rosane a oportunidade que tem dado às indústrias do Paraná, em especial às indústrias de confecção, por trazer esse assunto aqui. Esperamos, em conversas futuras, ter mais assuntos para vir discutir e para melhorar as ações da indústria brasileira num todo. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosane Ferreira) - Muito obrigada, Sr. Cláudio.



Tivemos uma conversa com a FIEP, que é uma fonte inspiradora para o desenvolvimento do nosso País. Bem no início, eu era recém-empossada Deputada Federal, tivemos com a indústria dos fabricantes de couro. Temos a sorte de a Ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, ser do nosso Estado. E não é segredo para ninguém que isso, às vezes — não sempre —, facilita algumas conversas. Nós tivemos a discussão de desonerar a folha de pagamento — essa discussão deu origem ao Programa Brasil Maior — e muitas conversas no sentido de baixar tributos, para incentivo ao desenvolvimento.

Mas não podemos desenvolver, desenvolver, desenvolver, a qualquer custo e a qualquer preço. Há ainda essa história de que haverá crescimento do PIB. Mas crescimento do PIB pode ocorrer em vários setores — não é, Deputado Adrian? —, até na indústria farmacêutica, por exemplo. O crescimento do PIB pode acontecer em setores que não necessariamente signifiquem qualidade de vida — qualidade de vida.

Então, eu não quero plagiar o Senador Cristovam Buarque, mas eu ainda tenho comigo aquela situação de trocar PIB por “FIB”. Em vez de Produto Interno Bruto, que a gente possa brigar por “Felicidade Interna Bruta” e ter outra visão. É como o senhor diz: ter uma corresponsabilidade e começar nos bancos de escola até chegar a esta Casa ou ao Congresso como um todo.

Quero passar a palavra para você, Daniela. Permita-me chamá-la de você, por conta da sua jovialidade.

A SRA. DANIELA ARANTES ALVES LIMA - Antes de concluir, eu acho que cabe um esclarecimento ao Deputado Adrian e também ao Cláudio, pelo que foi citado em relação às linhas de financiamento para pesquisa.

Em relação ao Deputado Adrian e à questão do acesso às linhas de crédito do BNDES, à dificuldade do acesso, eu acredito que essa dificuldade até exista quando a gente trata de projetos menores, projetos dos quais a gente depende muito dos agentes financeiros para operar as linhas de financiamento, como aquelas que eu falei das operações indiretas.

Na verdade, enquanto os agentes financeiros são grandes parceiros nossos porque conseguem dar capilaridade e escala as nossas linhas de financiamento, é



natural pensar que eles também são grandes concorrentes porque têm suas linhas próprias para ofertar. Então, a gente percebe que de fato existe uma dificuldade.

O BNDES é muitas vezes questionado pela burocracia, mas a gente não pode se esquecer de que muitas vezes atuamos principalmente com os recursos do FAT, o Fundo de Amparo ao Trabalhador. Então, eu acho que a gente realmente necessita dar um esclarecimento à sociedade, estar com tudo em ordem, sanar todas as irregularidades possíveis. Em vários momentos, a gente é questionado: *“Por que precisa da licença? Por que precisa disso, daquilo?”* Existe uma série de questionamentos com os quais a gente se depara dia a dia, mas a gente é auditado pelo TCU, pela CGU. Eu acho até importante que a gente seja auditado por esses órgãos, porque acredito que a gente realmente tem obrigação de dar um destino correto aos recursos que utiliza e que vem dos trabalhadores principalmente — não todo ele, mas principalmente. Então, eu acho que, nos projetos menores, até concordo que essa dificuldade de fato exista.

Nos projetos maiores, em que as empresas batem lá na nossa porta, com as operações diretas para conseguir um acesso as nossas linhas de financiamento, eu acho que essa dificuldade não existe. O grande questionamento que sempre é feito é a questão do tempo: um tempo longo de análise, de aprovação, mas isso é muito em função de todas as obrigações normativas que a gente tem que prestar a esses órgãos de controle — só respondendo ao que o senhor pontuou.

Em relação ao Cláudio, em relação às linhas de financiamento para pesquisa, algumas linhas que eu citei aí, Cláudio, como capacidade produtiva, como BNDES Automático, essas linhas incluem também financiamento para pesquisa e desenvolvimento. Então, as micro, pequenas e médias empresas, que são o foco do seu Estado, teriam acesso à pesquisa e desenvolvimento com TJLP mais 0,9, mais a remuneração do agente financeiro porque seriam operações indiretas. A gente precisaria que o agente financeiro intermediasse essa operação.

Agora, para concluir, para dar o fechamento, primeiro queria agradecer à Deputada Rosane pelo convite e pela oportunidade de estarmos aqui expondo as linhas do banco. Eu acho que a gente não está muito na mídia. O BNDES não aparece muito na mídia, à exceção do Cartão BNDES. Todas as outras linhas nem



todo mundo tem conhecimento. Então, eu acho que este fórum é importante para que a gente consiga apresentar o que o banco tem a oferecer.

Eu vou concluir, fechando um pouquinho no Departamento no qual atuo: o Departamento de Economia Solidária. Gostaria de dizer que eu fico muito feliz com o depoimento do Ronei, porque isso demonstra que a gente está conseguindo desempenhar bem o nosso papel. A nossa preocupação é realmente com a inclusão socioprodutiva dos catadores. Então, quando a gente vê o Ronei falando que o BNDES é um grande parceiro, a gente está vendo que todo o esforço está valendo à pena.

Eu acho que introduzir a cultura da coleta seletiva na sociedade é a grande questão. Particularmente, quando tive oportunidade de visitar uma cooperativa de catadores, mudei totalmente o meu modo de ver o lixo. Eu cheguei em casa já separando o lixo, apesar de não ter uma coleta seletiva no meu prédio. Comecei a separá-lo porque, quando me deparei com aquelas mulheres — basicamente ficam as mulheres, Ronei, nos centros de triagem, 80% são mulheres, na média —, quando vi aquelas mulheres abrindo lixo, cheio de bicho, separando aquelas coisas mais absurdas possíveis, eu comecei a parar para pensar. Então, antes de eu colocar agora qualquer coisa num saco de lixo, eu penso: “*Opa, não vou colocar desta forma. Vou jogar aqui. Vou jogar ali. Vou dar uma destinação.*” Então, quem ainda não visitou uma cooperativa de catadores eu convido a fazê-lo, porque a nossa realidade começa a mudar muito depois que a gente se depara com a realidade dos catadores.

O BNDES, principalmente o Departamento no qual eu atuo, busca que os catadores estejam inseridos não só nos centros de triagem, mas também, quando estiverem organizados em forma de cooperativas, que eles possam participar da coleta seletiva, que eles possam também ter ganhos com os serviços ambientais prestados. Então, a gente está buscando, em todo momento, dar a importância que essa classe merece.

Só quando a gente tem o contato diário com eles, um contato mais de perto, é que a gente percebe que o “S” do BNDES é muito importante e tem muito ainda a ser feito. Com a cultura da coleta seletiva, a gente vai ter muito mais a apresentar e a contribuir para o País.



Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosane Ferreira) - Muito obrigada.

Passo a palavra agora ao Sr. Silvano.

Eu gostaria de ouvi-lo com relação a uma colocação do Sr. Ronei especificamente. É claro que nós queremos saber da priorização que o Ministério do Meio Ambiente dá para a indústria da reciclagem, como isso é visto do ponto de vista do Governo, independente das linhas de financiamento, da questão do BNDES. Eu queria ouvi-lo especificamente sobre aquela questão que o Ronei diz, de se colocar o plástico na incineração e gerar energia. Dessa comparação da energia a partir da incineração, ou seja, da energia elétrica para movimentação e a energia de origem fóssil, a energia do óleo *diesel*. Como é essa visão muito rapidamente?

Nós temos que dar continuidade a este evento. É claro que uma audiência pública é um processo para que nós possamos refinar as propostas. Eu gostaria de, quem sabe, poder agregar um grupo de trabalho dentro do Ministério. Eu nem sei se já não existe esse grupo de trabalho, mas quem sabe nós poderíamos estar juntos a esse grupo de trabalho e dar continuidade a essa sequência; estar, como eu disse, junto ao Ministério da Fazenda, junto ao CONFAZ; verificar, por exemplo, as dificuldades, como pontua o Deputado Adrian; e debater isso quando de fato o problema surgir; buscar os gargalos, os entraves, para que realmente façamos com que este momento que estamos vivendo aqui valha muito a pena e alcance o seu objetivo. É isso.

Quero ouvi-lo, Sr. Silvano.

O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA - Eu só não sei se vai dar para falar em 5 minutos. (*Risos.*)

Sobre a primeira questão, eu só queria dizer que estou acompanhado do Ronaldo Hipólito, que já foi anunciado. Eu quero registrar a participação dele porque ele é o Gerente que cuida do Comitê Interministerial, do qual este grupo técnico participa. Ele coordena o Plano Nacional de Resíduos, o Sistema Nacional de Informações de Resíduos e a implementação de uma boa parte da política. O Ronaldo está acompanhando esta audiência porque de fato a implementação está na área dele, uma boa parte dessa discussão.



A primeira questão é em relação à utilização de reciclados para a recuperação energética, que é um assunto muito importante. Não vai dar para falar aqui sobre tudo que envolve essa discussão. Muito rapidamente, eu quero dizer que a política nacional de resíduos, ela diz que, na gestão e no gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a hierarquia da prevenção, da redução, da reutilização da reciclagem e, somente depois dessas fases anteriores, é que se pode pensar no tratamento do resíduo; a partir do tratamento, é que se vai pensar no aterro dos rejeitos.

A política define e diferencia resíduos de rejeitos. Então, qualquer planta de tratamento de resíduo tem que garantir que o esforço máximo possível de reciclagem e utilização foi feito. Se não se tem essa compressão, não se resolve o que o § 1º do art. 9º define, ou seja, que é possível a recuperação de dejetos de resíduos sólidos urbanos, desde que comprovada a viabilidade técnica e ambiental e com controle de emissões.

Então, qual é a viabilidade econômica e ambiental? É comprovar que antes do processo de tratamento térmico para recuperação de energia, mais especificamente da incineração a que estamos nos referindo, os resíduos que eram passíveis de serem reciclados não o foram. O que acontece, muitas vezes, é que no tratamento térmico e para geração de energia é preciso ter uma coisa chamada poder calorífico. Para ter o poder calorífico ótimo, sem ter que usar combustível alternativo para o tratamento térmico e a recuperação energética, tem que se adicionar o combustível. Se você tira o resíduo plástico, a madeira e o papelão, você está tirando algo que fornece poder calorífico a essa planta. Então, tudo isso tem que ser analisado. Os órgãos ambientais têm que estar preparados para a análise dessas propostas. Qualquer alternativa de proposta de tratamento térmico tem que estar embasada nesse estudo de viabilidade técnica e ambiental, que comprova que foram garantidas as fases anteriores do tratamento de resíduos. Como se comprova isso? Por meio de um plano de gestão municipal de resíduos, onde haverá metas de reciclagem, de reutilização, de disposição final dos resíduos e depois o aterro sanitário. Então, existem instrumentos que a política já definiu.

Somente se vai conseguir fazer o tratamento térmico em condições muito especiais. Por exemplo, quando tiver um subsídio para o empreendimento, porque o



custo é alto, não é um custo baixo, ou quando tiver um subsídio tanto para o investimento como para a energia elétrica que vai ser comercializada, ou eventualmente o subsídio para o valor do resíduo de que se dispõe para aquela unidade. Tudo isso tem que compor uma coisa chamada estudo de sustentabilidade econômico-financeira do empreendimento. Com base nesse estudo de viabilidade é que o órgão terá de decidir se vai implementar ou não. Por exemplo, para haver um tratamento térmico no Município, ele tem que comprovar que aquela planta que foi implantada tem viabilidade técnica e ambiental e tem sustentabilidade econômica e financeira, porque essa planta vai ser subsidiada via tarifa dos resíduos sólidos.

Portanto, há uma complexidade que não é possível de ser esgotada aqui. Eu diria, muito rapidamente, que têm que ser observados os princípios que estão no art. 9º da política, tem que ter a comprovação de que foram retirados daquela planta os resíduos recicláveis, porque isso está no art. 9º da lei. O plástico tem um poder calorífico muito alto. A retirada do plástico provoca um desbalanceamento calorífico e acaba havendo a necessidade de usar gás ou outro tipo de combustível fóssil para ajudar na incineração, aumentando esse custo ainda mais. Então, tudo isso tem que ser considerado no momento de analisar uma planta de tratamento térmico.

Tem outras possibilidades de tratamento térmico, como a biodigestão. É uma planta em que você coloca a matéria orgânica toda para o processo de biodigestão, é gerada energia, e o resíduo é muito menos oneroso. Tudo isso deve ser considerado pelo estudo de viabilidade técnica e ambiental.

Eu gostaria de dizer que temos perspectivas futuras nessa discussão e também na implementação da política. Foi criado um grupo técnico, em analogia a esse que foi criado pelo Governo, para estudar instrumentos econômicos, financeiros, creditícios e tributários para incentivar a reciclagem. O grupo técnico criado mais recentemente é de educação ambiental. Eu gostaria de me referir a ele como algo muito importante. Recebemos a proposta das cartilhas do Deputado Adrian, e o Governo se propõe a fazer. Esse grupo vai criar uma rede de educação ambiental no País, envolvendo o Ministério de Educação e Cultura e todos os Governos, porque a educação ambiental é muito importante para viabilizar a implementação da política nacional de resíduos. Não se consegue segregar o resíduo numa casa se a dona de casa e as pessoas não estiverem convencidas de



fazer esse trabalho, e não se tem essa sensibilidade se não houver um programa de educação ambiental massivo. Esse grupo técnico criado tem a pretensão de definir uma metodologia no País específica em resíduos sólidos para educação ambiental. Isso é muito importante e é um produto da implementação da política que eu gostaria de trazer para as senhoras e os senhores como algo muito importante e que faz parte das perspectivas otimistas.

Para o próximo ano, a Ministra Izabella já definiu que a Conferência Nacional de Meio Ambiente vai tratar da implementação da política nacional de resíduos. Então, vamos ter a oportunidade de debater no País inteiro, em conferências locais, regionais e na conferência nacional, a responsabilidade de cada ator sobre a implementação da política nacional de resíduos, porque essa política vincula não só a União e os órgãos administrados pela União, mas também os Governos dos Estados, dos Municípios, a sociedade civil, o setor privado. Todos têm responsabilidades em relação à implementação da política. Eu os convido, desde já, a estarem atentos e a participarem da Conferência Nacional do Meio Ambiente, no ano que vem, que vai tratar também de produção e consumo sustentável, porque tem uma relação muito importante com a política nacional de resíduos.

Por fim, eu gostaria de dizer que os instrumentos que estão sendo implantados pela política nacional de resíduos, como a logística reversa e a coleta seletiva, é que vão garantir o incentivo à reciclagem no País. Esses dois instrumentos, feitos de forma harmonizada, vão garantir que o País vai poder crescer com a reciclagem. Eu diria que os fabricantes que colocam embalagens no mercado vão assumir compromissos que não discutimos aqui, que é dar destinação a todo resíduo que chegar aos fabricantes. Sabemos que todo programa de coleta seletiva tem resíduo que não tem valor comercial, mas o fabricante vai ter que dar destinação a esse resíduo. Assim, começa a existir outra perspectiva de mercado e sobre a qual não falamos.

Para concluir, Deputada Rosane, o grupo técnico é coordenado pelo Diretor do MDIC, Alexandre Comin. Vou relatar a ele esta audiência pública e dizer que podemos recepcionar, no grupo técnico, V.Exa., Deputada Rosane, e o Deputado Adrian, para repassarmos o resultado desta audiência e poder ajudar o Governo nesses estudos.



Gostaria de parabenizar a iniciativa e dizer que o Ministério do Meio Ambiente está à disposição para contribuir com o que for possível para ajudar a reciclagem no País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosane Ferreira) - Muito obrigada, Dr. Silvano, Dra. Daniela, Ronei, Cláudio. Agradeço a todos os senhores e senhoras aqui presentes. Obrigada, Iracema, em nome de quem agradeço a todos os membros da Comissão de Desenvolvimento Urbano, sem a qual este momento seria impossível.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos pela presença.

Muito obrigada. (*Palmas.*)